



EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.

CNPJ: 18.528.267/0001-11

2/3

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais)

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Portanto, a adoção antecipada não é permitida.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	9	3
Aplicações Financeiras	131	1.001
Total apresentado	140	1.004

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating Aa1, baseado na agência Moody’s.

5 Contas a receber do EMG

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Valores a receber do Estado ref. pagamento de PPP	14	715.622	502.243
Obrigações por repasse PPP		(674.594)	(461.500)
Contas a Receber - total apresentado		41.028	40.743

A EMIP possui o valor de R\$715.622 a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizados, conforme nota 14. Em contrapartida, a Companhia recebeu de sua controladora, MGI, conforme autorizado pelo Estado de Minas Gerais, aportes de capital no valor de R\$674.594 para pagamentos de contraprestações. Desta forma, a Companhia possui um saldo líquido de R\$41.028 a receber do Estado de Minas Gerais. A administração não tem certeza de como será sua realização e como se trata de uma operação com parte relacionada sem incidência de juros, não foi reconhecido o ajuste a valor presente.

6 Tributos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Tributos Retidos em Aplicações Financeiras	(a) 25	1.144
Imposto de Renda e Contribuição Social - estimativa	-	219
Tributos a recuperar de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	(b) 175	-
Ativo Circulante	200	1.363
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL	(b) 1.197	-
Ativo Não Circulante	1.197	-
Total	1.397	1.363

(a) A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2016, créditos de IRRF decorrentes de aplicações financeiras.

(b) Refere-se ao pagamento a maior de PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme legislação vigente. A Emip transferiu para longo prazo os valores estimados que não serão compensados nos próximos 12 meses. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimento mensal por estimativa. Os tributos definitivos são apurados ao término de cada exercício social.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes dos impostos		(4.230)	7.338
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	10-c	-	(1.156)
Base de cálculo para IRPJ		(4.230)	6.182
Total Imposto de renda e contribuição social		-	(2.471)
Taxa efetiva		0,00%	39,97%

8 Ativos mantidos para venda

A EMIP possui em seu ativo, em 31 de dezembro de 2016, 110 imóveis não de uso disponíveis para venda, avaliados em R\$6.224. Esses imóveis são provenientes de aumento de capital promovido pela controladora MGI, em janeiro de 2014, mediante incorporação de imóveis. No exercício de 2016, esses imóveis apresentaram a seguinte movimentação:

	Quantidade	Valor
Saldo em 31/12/2015	135	9.878
Baixa de imóveis vendidos	(25)	(1.517)
Impairment de imóveis disponíveis para venda	(a) -	(2.137)
Saldo em 31/12/2016	110	6.224

(a) Foi registrada uma provisão de R\$2.137 para redução ao valor recuperável sobre o grupo de Imóveis para venda do seu valor contábil ao seu valor justo deduzido de custo para venda na demonstração do resultado do exercício em rubrica de “Perda na recuperação de imóveis para venda”.

9 Partes relacionadas

	31/12/2016	31/12/2015
Partes Relacionadas	MGI	Total
Passivo - Fornecedores e outras contas a pagar (a)	757	757
Passivo - Obrigações com PPP (b)	674.594	461.500
Total	675.351	461.601

(a) A Companhia possui com sua controladora, MGI, um convênio de Cooperação Técnica de compartilhamento funcional. Nos termos desse convênio, a EMIP deve à sua controladora, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$757.

(b) A Companhia recebeu de sua controladora, no exercício de 2016, o montante de R\$674.594, como aporte de capital, destinado ao pagamento de contraprestações de PPP’s.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem benefícios no curto nem no longo prazo ou remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Honorários e encargos		
Diretoria	263	231
Conselho de Administração	294	73
Total	557	304

10 Patrimônio líquido

a. Capital Social

No exercício de 2016, a EMIP promoveu aumentos de capital no valor de R\$4.624 mediante reversão de dividendos a pagar e utilização de lucros a destinar, conforme AGO de 05/05/2016.

Sua controladora, MGI, promoveu na EMIP aumento de capital no montante de R\$50.540 e adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$162.554, destinados a pagamentos de contraprestações de PPP’s.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital social integralizado no valor de R\$ 724.841.

A EMIP reclassificou parte do capital social do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39.

	31/12/2015	movimentações	31/12/2016
Capital Social			
Subscrito	547.664	10.000	557.664
Aumento de Capital com reversão de dividendos	-	1.156	1.156
Aumento de Capital com Lucros a destinar	-	3.468	3.468
Capital Social a Integralizar	(40.540)	40.540	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	162.554	162.554
Total Capital Social integralizado	507.124	217.718	724.842
Reclassificação obrigação por Repasse PPP	(461.500)	(213.094)	(674.594)
Total Obrigações por Repasse	(461.500)	(213.094)	(674.594)
Capital Social apresentado - CPC 39	45.624	4.624	50.248

O quadro abaixo demonstra a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016:

	Ações	Participação %
ACIONISTAS		
MGI - Minas Gerais Participações S.A.	478.487.293	100,00
Totais	478.487.293	100,00

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado	(4.230)	4.867
Reserva Legal - 5%	-	243

A reserva legal apresentava um saldo de R\$1.885, sendo este utilizado totalmente para compensar o prejuízo apurado no exercício.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Líquido		(4.230)	4.867
Reserva Legal	10-b	-	(243)
Base de Cálculo para dividendos		-	4.624
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)		-	1.156

d. Prejuízo líquido por ação básico

	31/12/2016	31/12/2015
Média da quantidade de ações no período (em milhares)	478.487	478.487
Resultado do período	(4.230)	4.867
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	(8,84)	10,17

11 Receita operacional

A receita operacional da Companhia é gerada pela venda de seus bens móveis não de uso. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a EMIP vendeu 25 imóveis por meio de concorrências públicas, arrecadando o valor total de R\$ 1.041, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de vendas de imóveis	1.041	1.166
PIS/COFINS	(97)	(105)
Receita Líquida	944	1.061

12 Custos e despesas

	31/12/2016	31/12/2015
Custo de Aquisição de Imóveis	1.517	1.771
Custo de Avaliação de Bens Imóveis	28	34
Custo de IPTU	4	7
Custos	1.549	1.812
Despesas com Pessoal	828	419
Despesas Administrativas	927	938
Despesas	1.755	1.357
Total	3.304	3.169

A companhia apurou margem negativa no seu resultado, custo maior que receita, devido ao reconhecimento do impairment após outubro de 2016.

13 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras		
Receitas aplicações financeiras	151	9.576
Receitas de atualização de créditos PIS/COFINS	(12)	(75)
Total	309	9.501
Despesas Financeiras		
IOF	(46)	(56)
Resultado Financeiro Líquido	263	9.445

14 Parcerias Público-Privadas

As parcerias público-privadas compreendem diversas formas de relacionamento entre o Estado e a iniciativa privada com vistas ao desenvolvimento de infraestrutura e de serviços de interesse público. A iniciativa privada entra com a capacidade de investir e de financiar, com a flexibilidade e com a competência gerencial e operacional, enquanto o setor público assegura a satisfação do interesse público.

O ente privado participa da implantação e do desenvolvimento de obra, serviço ou empreendimento público, bem como da exploração e da gestão das atividades deles decorrentes, cabendo-lhe contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos.

O Estado, além de garantir o atendimento do interesse público no desenvolvimento e na execução dos contratos celebrados, ficará também responsável pela remuneração parcial ou integral do parceiro privado, remuneração essa que será vinculada ao desempenho do parceiro privado, e por contratar empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da concessionária – Verificador Independente, no âmbito da relação contratual.

No sentido de dar mais credibilidade à remuneração ao parceiro privado, o Estado criou, em 16 de julho de 2013, a EMIP – Empresa Mineira de parcerias S/A, tendo como um dos objetivos assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP).

Em 2016, foram pagos como contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais aos Parceiros Privados o montante de R\$ 213.379, conforme demonstrado abaixo:

O quadro abaixo demonstra o sumário da operação:

	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016
Ativo	31/12/2016	Ajuste	divulgado
Contas a receber EMG	715.622	(674.594)	41.028
Total do ativo não circulante	716.911	(674.594)	42.317
Total do ativo	723.505	(674.594)	48.911

	31/12/2015	Ajuste	31/12/2015
Ativo	31/12/2015	Ajuste	divulgado
Contas a receber EMG	502.243	(461.500)	40.743
Total do ativo não circulante	502.245	(461.500)	40.745
Total do ativo	514.510	(461.500)	53.010

Parcerias Público-Privadas	31/12/2015	Movimentação	31/12/2016
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Minas Arena			
- Gestão de Instalações Esportivas S.A	274.330	95.933	370.263
Gestores Prisionais			
Associados S/A - GPA	181.124	90.827	271.951
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	46.789	26.619	73.408
Total	502.243	213.379	715.622

Reclassificação e Apresentação

(i) A EMIP foi constituída inicialmente com um capital social de R\$533.275, totalmente subscrito e integralizado pela MGI. Do total recebido, R\$530.516 foram destinados para os pagamentos das contraprestações, efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados, das Parcerias Público-Privadas – Minas Arena, Gestores Prisionais Associados e Minas Cidadão Centrais de Atendimento.

Nesse sentido, por atuar apenas como um agente do Estado de Minas Gerais, a Companhia reclassificou o valor de R\$674.594, referente aos aportes de capital recebidos de 2013 a 2016, do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e conforme CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016
Passivo	31/12/2016	Ajuste	divulgado
Obrigações por repasse - PPP	674.594	(674.594)	-
Total do passivo não circulante	674.594	(674.594)	-
Total do passivo e PL	723.505	(674.594)	48.911

	31/12/2015	Ajuste	31/12/2015
Passivo	31/12/2015	Ajuste	divulgado
Obrigações por repasse - PPP	461.500	(461.500)	-
Total do passivo não circulante	461.500	(461.500)	-
Total do passivo e PL	514.510	(461.500)	53.010

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo financeiro não derivativo			
Fornecedores e outras contas a pagar	9.a	757	101
JSCP e dividendos a pagar	10-c	-	1.156
Total		757	1.257

g. Risco de taxa de juros

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos). Na data das informações o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Indexador DI			
Aplicações Financeiras - Caixa e Equivalentes de Caixa	4	131	1.001
Total		131	1.001

h. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

i. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Padrões éticos e comerciais.

16 Evento Subsequente

Em 11, 25 de janeiro de 2017 e 22 de fevereiro de 2017, a MGI realizou na EMIP o AFAC nos valores de R\$ 5.071, R\$7.000, e R\$14.900, respectivamente, para cumprimento de obrigação de PPP’s.

Conselho de Administração

Paulo de Souza Duarte – Presidente
 Marco Antonio Viana Leite – Vice-Presidente
 João Cruz Reis Filho – Conselheiro
 Francisco Eduardo Moreira – Conselheiro
 Luis Gustavo D’Ávila Riani – Conselheiro
 Manoel Nazareno Procópio de Moura – Conselheiro
 Alcione Maria Martins Comonian – Conselheira

Diretoria Executiva

Antônio Eustáquio da Silveira – Diretor Presidente
 Walmir Pinheiro de Faria – Diretor Executivo

Cont